



CADERNOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A literatura sobre a moderna administração pública e seus ramos especializados compõe-se, na quase totalidade, de trabalhos estrangeiros, principalmente de autores americanos, não traduzidos ou intraduzíveis para o português.

A Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) sente, todos os dias, os efeitos esterilizantes da falta de literatura apropriada, necessária ao desenvolvimento de suas atividades. Cumpre-lhe resolver o problema de elaborar e publicar o material de leitura e consulta de que carece. Não se trata do problema, comum a todas as escolas, de estimular e ensejar o aparecimento de obras, tratados, compêndios, monografias, ensaios, artigos e relatórios sobre as pesquisas feitas e as matérias ensinadas. O problema aqui é específico e mais premente, uma vez que não existe nos idiomas maternos de seus estudantes — português e espanhol — um montante suficiente de trabalhos sobre administração pública, que possam ser adotados como guias para os alunos. É forçoso, assim, que a Escola prepare e publique os manuais, compêndios e demais fontes de conhecimento de que necessita, para documentar e expandir suas funções ordinárias de ensino e pesquisa.

Até a presente data, a falta de literatura específica em português sobre as várias disciplinas ministradas em seus cursos tem sido suprida pela Escola mediante a produção e distribuição de uma literatura *ad hoc* — escrita, mimeografada e distribuída sob o signo da interinidade e a forma de apostilas.

Por um entendimento tácito entre os professores, estudantes e a direção da Escola, as apostilas até agora publicadas são tidas como uma espécie de sementeira, de que surgirão com o tempo as obras menos efêmeras, os livros de texto de que a Escola carece para transmitir, através da palavra escrita, os ensinamentos da moderna administração pública.

Com efeito, vários dos cursos dados pelos professores da EBAP e distribuídos sob a forma de apostilas estão sendo revistos e serão enfeixados em livros. Deverão aparecer a partir de 1954, entre outros, os seguintes livros, em que serão transformadas as apostilas originariamente escritas para os alunos da Escola: *Curso de Administração de Pessoal*, pelo Prof. HENRY REINING JR.; *Curso de Organização e Métodos*, pelo Prof. HARRY MILLER; *Administração Pública*, pelo Prof. PEDRO MUÑOZ AMATO; *Curso de Cultura Brasileira Contemporânea*, série de conferências pronunciadas por 30 brasileiros ilustres.

Na hierarquia das obras didáticas, a Escola reservou uma faixa entre os tratados exaustivos, os compêndios eruditos e os artigos de revistas, para um tipo de publicação menos ambicioso, nem por isso menos útil, como fonte de estudo e consulta: o ensaio, a monografia. Decidiu, assim, a Escola lançar uma série de ensaios e monografias sob a denominação genérica de "CADERNOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA", de que este é o vigésimo quarto a aparecer.

O uso deste modesto tipo de publicação — o caderno — como veículo de idéias e informações data da Revolução Francesa. Foi em 1789 que se generalizaram os famosos *cahiers de doléances*, espécie de registros de queixas e reclamações, preparados pelas assembléias populares para orientação dos deputados aos Estados Gerais. Em seguida e ainda durante a fase criadora da Revolução, estiveram em voga os *cahiers des États Generaux*, que continham o conjunto de solicitações apresentadas aos deputados por seus constituintes. Tais cadernos, redigidos pelos delegados incumbidos de escolher os deputados à Assembléia dos Estados Gerais, exprimiam os votos, as queixas, as propostas, as advertências, as críticas e as esperanças formuladas pelo povo em cada cidade e em cada vila. Eram, por assim dizer, os *terms of reference* dos deputados naquela fase exaltada da história política e social do Ocidente.

Desde então, os franceses têm empregado constantemente os *cahiers* como instrumentos de difusão cultural. Das várias séries de *cahiers* que desempenharam papel importante nas letras fran-

cesas, destacam-se os *Cahiers de la Quinzaine*, dirigidos por CHARLES PÉGUY, de 1900 a 1914, e nos quais se publicou uma enquete de âmbito internacional sobre o rumoroso caso Dreyfus. Os *Discursos*, de ANATOLE FRANCE, e o romance-rio *Jean Cristophe*, de ROMAIN ROLLAND, foram divulgados nos *Cahiers de la Quinzaine*.

Conhecida a função de multiplicador da cultura, desempenhada pelos *cahiers* franceses, não têm faltado iniciativas para o lançamento de séries de cadernos similares em outros países, sobretudo latinos, conforme demonstram os exemplos indicados a seguir:

ESPAÑA: O Instituto de Cultura Hispânica de Madrid começou a publicar, em 1948, os *Cuadernos Hispanoamericanos*, revista que se propõe a integrar *al mundo hispánico en la cultura de nuestro tiempo*.

MÉXICO: Os *Cuadernos Americanos*, que JESUS SILVA HERZOG publicou de 1942 a 1947, num total de 36 volumes, representam uma das mais interessantes aventuras do pensamento de que se tem notícia na América Latina. Os títulos das quatro seções permanentes, em que se dividem os *Cuadernos Americanos*, a saber: "Nuestro Tiempo", "Aventura del Pensamiento", "Presencia del Pasado" e "Dimensión Imaginaria", indicam o grau de penetração e altitude intelectuais daquela série, a qual somente o adjetivo inglês *sophisticated*, tal como empregado pelos americanos, pode qualificar.

EQUADOR: A Casa de Cultura Equatoriana de Guayaquil lançou, em 1951, a série dos *Cuadernos de Historia y Arqueologia*, que estão concorrendo para o refinamento do movimento cultural da América Espanhola.

CUBA: Papel igualmente importante na difusão de idéias e fatos sobre a vida municipal nas Américas é desempenhado em Cuba pelos *Cuadernos del Instituto Interamericano de Historia Municipal e Institucional*.

BRASIL: Os *Cadernos de Cultura*, do Ministério da Educação, dos quais já foram publicadas 72 unidades até a presente

data, são outros tantos instrumentos de difusão de idéias, elaboração de doutrinas, fixação de reflexões, opiniões e fatos sobre a literatura, a poesia, a arte e outros aspectos da cultura brasileira. E' um documentário amplo e um temário rico daquilo a que poderemos chamar a história intelectual do Brasil.

Bem examinados os fatos, chega-se à conclusão de que os *cadernos* têm contribuído, quase tanto quanto os tomos volumosos, para a formação do fundo de conhecimentos a que CRANE BRINTON chamou *our slender stock of cumulative knowledge in the social sciences*.

Os *Cadernos de Administração Pública*, idealizados e lançados pela EBAP, destinam-se a remediar, em parte, a falta de literatura especializada, com que se vêm a braços, nos países da América Latina, os estudantes de administração pública.

Ao lançar a série de Cadernos de Administração Pública, a EBAP alimenta a esperança de chegar em breve ao número 100 e, assim, contribuir qualitativa e quantitativamente para a difusão organizada de idéias, doutrinas, teorias e práticas modernas sobre a ciência e arte da administração.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1954.

APRESENTAÇÃO

O autor do presente ensaio, Prof. L. C. HILL, iniciou sua longa carreira pública no departamento de finanças de uma corporação municipal inglesa, vindo a ocupar mais tarde o posto de Secretário Geral da "National Association of Local Government Officers" da Inglaterra, cargo que exerceu durante 35 anos, dos quais, os últimos 15, cumulativamente com o de Chefe do Departamento de Administração Pública da Universidade de Exeter. Coube-lhe, nessa dupla qualidade, estudar e propor planos de reforma para os governos municipais de Jamaica, Singapura e de seis países da África Centro-Oriental. Em sua atividade de assistência técnica a países subdesenvolvidos, realizou também um ciclo de conferências em quatro territórios da África Ocidental.

Enviado ao Brasil, em 1954, pelo Departamento de Assistência Técnica das Nações Unidas, tem a seu cargo na Escola Brasileira de Administração Pública a cadeira de administração municipal, dividindo as responsabilidades da tarefa com colaboradores brasileiros.

Diligenciando por preparar material de leitura para os alunos do curso de administração municipal, o Prof. HILL elaborou, a pedido da EBAP, entre outros, o trabalho que ora publicamos, sob o título de Relações Públicas no Governo Municipal.

A experiência persuadiu o Prof. HILL de que o prestígio da administração pública depende de uma reorientação da opinião. Não basta que o cidadão eleito ou o funcionário de carreira de qualquer governo seja honesto e eficiente. Cumpre-lhe, além de se integrar no trabalho, impregnar-se da verdadeira filosofia do servidor público, que deve ter, por origem e estímulo, o desejo sincero de servir, no sentido clássico da palavra. Na Inglaterra,

foi o Prof. HILL, o primeiro a utilizar a técnica das relações públicas em busca desse objetivo. As experiências que realizou nesse sentido, quando Secretário da "National Association of Local Government Officers", datam de 1930. A análise do desprestígio da administração pública no nível municipal e a necessidade de formar uma opinião mais favorável, por meio de serviços especializados de relações públicas, são os pontos em que apóia para desenvolver a tese explanada no presente ensaio.

O desprestígio do serviço público é muitas vezes ocasionado pelo fato de a maioria da população ignorar os métodos de trabalho do governo. Deixando a opinião de desempenhar o papel de fiscal e orientador, que lhe compete, a fim de levar a administração pública a ser um reflexo e um serviço da vontade do povo, criam-se as condições ideais para a proliferação do desinteresse, da indiferença e até da hostilidade. A apatia que se observa por parte dos cidadãos relativamente à coisa pública é provocada pelas próprias autoridades, que falham em tomar medidas certas e oportunas para despertar e estimular o interesse popular em torno das coisas do governo: — programas de trabalho, realizações, fracassos, erros, desperdícios, etc.

Essa separação entre público e governo tornou sensível, na Inglaterra, a necessidade da criação de serviços adequados de relações públicas, para cuja orientação se formou, naquele país, o Conselho Nacional de Relações Públicas, composto de representantes das Associações Nacionais.

Descrevendo e analisando a experiência inglesa, o autor detém-se no exame das diversas medidas que poderiam integrar um programa de relações públicas no governo municipal. Mostra a necessidade de se distinguir entre relações públicas e propaganda, a fim de conjurar o perigo da utilização dos serviços de relações públicas para fazer propaganda eleitoral da corrente política ou partido que se encontre ocasionalmente à frente do governo. Diz êle: "A verdadeira finalidade das relações públicas, no governo municipal, deve ser a neutralização dos efeitos maléficos da suspeita, da desconfiança e da incredulidade do povo contra a administração pública".

Estuda, a seguir, os verdadeiros objetivos das relações públicas num estado democrático, objetivos que, a seu ver, não consistem em aumentar a percentagem dos eleitores votantes, mas em induzir os governantes a que realizem uma atividade social realmente útil.

Sustenta o autor que a base para um desenvolvimento satisfatório das relações públicas nos governos municipais deve ser o estudo dos homens e do ambiente social. Cumpre criar, nos servidores públicos, uma atitude de interesse em compreender a fundo as condições econômicas e sociológicas, que influem no comportamento dos cidadãos.

O levantamento da opinião pública deve ser feito mediante análises cuidadosas e amplas, conduzidas por profissionais com indiscutíveis antecedentes de competência. Se bem estabelecidas e cultivadas, as relações públicas estimulam o civismo do povo e funcionam à maneira de elemento de ligação entre este e os dirigentes e servidores municipais.

Na parte final do trabalho, o autor cita exemplos de numerosos governos municipais, holandeses, americanos e suíços, que se esforçam por desenvolver nos espíritos o sentido de comunidade, por meio de, entre outras práticas, cerimônias expressivas de iniciação à cidadania.

Na hora em que o municipalismo brasileiro adquire novo ímpeto, chamando enérgicamente a opinião do país para a necessidade de fortalecer e aprimorar as instituições municipais, trabalhos como este do Prof. HILL são certamente oportunos e bem-vindos. Na esteira deste, outros ensaios sobre problemas municipais estão sendo ativamente elaborados na EBAP e para a EBAP, a fim de enriquecer a sua série de Cadernos de Administração Pública, já vitoriosa.

Rio, março de 1955.

BENEDICTO SILVA

ÍNDICE

I — Que são “Relações Públicas”?	3
II — “Relações Públicas” e govêrno democrático	8
III — O objetivo de “Relações Públicas” num Estado democrá- tico	13
IV — “Relações Públicas” em ação	18
Indicações Bibliográficas	25

LER E ANOTAR

O leitor avisado lê sempre de lápis ou caneta em punho, sublinhando, destacando, registrando, comentando o que lhe parece digno de atenção ou crítica.

A fim de criar ou estimular nos leitores o hábito inteligente da leitura anotada, os “Cadernos de Administração Pública” contêm, na parte final, quatro ou mais páginas em branco, especialmente destinadas a recolher as anotações de cada leitor.

Esse hábito capitaliza o esforço do leitor e estimula o processo de fixação, no cabedal de conhecimentos de cada um, das coisas lidas e anotadas.

Se ainda não o cultiva, por que não começar agora, neste Caderno?

RELAÇÕES PÚBLICAS NO GOVERNO MUNICIPAL

I — QUE SÃO “RELAÇÕES PÚBLICAS”?

Trata-se de uma expressão relativamente nova, ainda não satisfatoriamente definida. Isto não é surpresa, já que neste caso, como em muitos outros, certas palavras ou expressões só podem ser definidas por um processo negativo. E' bem conhecida a significação de algumas atividades e técnicas de denominações diversas, há muito empregadas, tais como *Propaganda*, *Anúncios*, *Publicidade*, *Doutrinação* e *Exortação*, mas *Relações Públicas* não se confundem com qualquer dessas atividades ou técnicas, embora utilizando em parte tôdas elas.

Parece razoável admitir que se tornara necessário encontrar algo de novo, que pudesse convir à administração pública, pois em dado momento tôdas as técnicas conhecidas se achavam já

muito exploradas noutros setores de atividade e até aos nomes dessas técnicas se atribuíam por vezes sentidos um tanto suspeitos.

Entretanto, antes de novas considerações sôbre a significação de *Relações Públicas*, devemos tentar responder às perguntas: “Por que precisa a administração pública de um estimulante, de um corretivo? Por que precisa aproximar-se do público?” Tal necessidade deriva da evidente substituição de uma política *negativa* por uma política *positiva*, a que todos os governos se estão vendo constrangidos, em consequência do desenvolvimento das técnicas industriais modernas, do progresso da ciência, e de uma poderosa consciência social, que dêstes resulta. Desde a Idade Média, quando uma incipiente burguesia de co-

merciantes e mestres de ofícios começou a desafiar os interesses dos senhores da terra, tem sido cultivada uma opinião desfavorável a tudo que se relaciona com governo. Ainda hoje, seria difícil convencer a alguém radicado à *City* (1) de que o dinheiro gasto com os governos locais não pudesse ser utilizado mais econômica ou vantajosamente por empresas particulares. Fazer com que o chamado "homem de negócios" acredite nas vantagens dos serviços do governo municipal, ou na eficiência dos funcionários dos governos municipais, seria arrancar-lhe todas as raízes filosóficas. Essa opinião adversa não é simples idéia; ao contrário, constitui mesmo verdadeira fé. Está intimamente entranhada na opinião pública e influencia a formação religiosa, política e social de grande número de pessoas de importante posição social.

Reorientar a opinião pública a esse respeito constitui formidável tarefa, especialmente nos países em que os serviços de utilidade pública se tornaram lugar comum. Desde o tem-

po em que a teoria política restringia as funções do governo à simples noção do *poder de polícia* e da defesa nacional, têm-se usado todas as armas imagináveis da propaganda, da doutrinação e do preconceito, — contra quaisquer formas de expansão do governo. Igreja, imprensa, economistas, exercícios escolares de redação e aritmética, caricaturistas e comediantes, todos têm sido aliados das empresas particulares. WILL ROGERS, o comediante americano, costumava dizer: "Nunca procuro ser engraçado. Leio nos jornais o que o governo está fazendo e depois conto ao povo". Isso não quer dizer, entretanto, que as forças arregimentadas contra a administração pública tenham segundas intenções; acreditam honestamente que o governo representa uma ameaça à liberdade individual; além disso, seria injusto e atentatório à verdade negar os consideráveis benefícios provenientes da iniciativa privada.

Desde os primórdios da revolução industrial, os governos se têm preocupado cada vez mais

(1) *The City*, na Inglaterra, é uma expressão que simboliza o centro comercial e bancário.

com o bem-estar e os serviços públicos; e é claro que não se poderia sustar o progresso da tecnologia e da ciência, à espera de adaptações sociais. Em consequência, surgiram nos governos municipais graves problemas que não podem ser resolvidos sem um completo reajustamento da opinião pública. Por isto, a questão parece reduzir-se ao seguinte: *Relações Públicas* são algo mais que qualquer das técnicas que têm sido livremente usadas para produzir uma opinião pública favorável; demais, essas técnicas, inclusive *Relações Públicas*, se distinguem umas das outras pelo objetivo com que cada qual é empregada. Portanto, *Relações Públicas* são o instrumento para promover êsse *intangível*, para desenvolver essa *filosofia* propícia aos objetivos magnos da administração dos governos municipais. Qualquer tentativa de modificar a crença na superioridade do mundo dos negócios sobre a administração pública representa um desafio de certa magnitude. A iniciativa privada tem a seu crédito impressionante soma de realizações; e tôda a tolerância é necessária para com uma atitude mental condicionada por dois ou mais séculos de su-

cesso. Poder-se-ia dizer, hoje, que todo homem nascido na Inglaterra, que tenha sido bem sucedido nos negócios, que tenha constituído família, e que tenha morrido na era vitoriana ou eduardina, terá sido o homem mais feliz do mundo. Nunca perdia a confiança em si mesmo. Trabalhadores, maquinaria e matérias-primas eram simplesmente *trabalho*; — êle era *capital*. Os pobres e os estrangeiros conheciam “seu lugar”; bem assim a mulher e os filhos, que tinham por êle temeroso respeito, inspirado por seu sucesso e por sua invencibilidade. Êle era um esteio da igreja e estava convencido de que seus padrões de procedimento e mesmo suas *suiças* tinham a aprovação do Todo-Poderoso. Desafiar um homem dêsses equivalia a um sacrilégio.

Não importa agora procurar saber se a fé que depositava na própria missão era fortalecida pelo desprezo que tinha por aquêles que se inquietavam, à vista da crescente consciência social decorrente da industrialização. E' uma verdade histórica que a complacência preceda à revolução. Ainda não se aceitam como presságios e tendências as manifestações do comportamento

humano e as transformações sociais; ainda não pesam como sinais que devam ser observados, quando se traçam os futuros rumos do governo, em todos os níveis. É claro como o dia que as consequências de duas guerras mundiais estão desafiando todos os conceitos tradicionais de governo. O antigo desprezo pela administração pública poderia tornar-se uma ameaça, caso não fôsse corrigido. Muito embora admitindo-se a sinceridade dos filósofos políticos que traçaram o quadro das limitações do governo, bem como a honestidade de propósitos daqueles que, durante os últimos duzentos anos, se têm apegado às suas teorias, não se pode negar que no presente século a propagação da idéia tenha assumido uma forma bem mais sinistra e alarmante de doutrinação, e isto, por si só, exige que se faça algo do gênero *Relações Públicas*, para salvar a democracia.

Anunciar importa competição e exige continuidade; *propaganda* significa subestimar a inteligência humana; a *doutrinação* é sorrateira e por vezes sinistra; a *exortação* entedia por fim e quando a aceitamos é porque a julgamos dirigida a outrem, que não a nós. Para a própria efi-

cácia das *Relações Públicas*, devem evitar-se os aspectos negativos dos processos acima referidos; seus propósitos têm de ser altruísticos; as *Relações Públicas* devem ser antes *missão* do que mero instrumento mecânicamente manejado. Todavia, têm necessidade de utilizar-se daqueles expedientes, e um bom exemplo do emprêgo apropriado da publicidade foi dado pela Associação Nacional de Governos Municipais, da Inglaterra, quando entrou no campo das *Relações Públicas*, por volta de 1930. A experiência tem demonstrado que o pouco prestígio das administrações municipais sempre afetou o moral dos funcionários dessas mesmas administrações. Isto é compreensível, considerando-se que a grande maioria dos representantes eleitos, que constituem os Conselhos dos governos municipais, no íntimo não acredita em administração pública.

Para tornar efetiva essa decisão de criar uma opinião pública mais favorável, a Associação, como primeira medida, tratou de festejar o centenário da promulgação da Lei das Corporações Municipais, de 1835, a qual pode ser considerada como a pedra fundamental do moderno sistema

de govêrno municipal na Inglaterra. E' uma história (quase histórica, no campo das relações públicas) que merecia ser pormenorizadamente narrada, pois resultaria numa leitura fascinante. Não é verdade que, segundo dizem, a Associação tenha praticamente obrigado o país a comemorar o centenário do govêrno municipal na Inglaterra; nem que o tenha feito sem que ninguém, exceto os autores do plano, se desse conta de como o conseguiu. A Lei das Corporações Municipais previa a instituição de novas comunidades e, com efeito, novas vilas foram

sendo criadas sucessivamente, como, por exemplo, Birmingham e Manchester, em 1838. Assim, o grande evento de 1935 foi seguido por muitas outras comemorações de *centenários*. O trabalho voluntário da Associação tomou impulso e culminou com a preparação de um *Relatório sobre as Relações entre o Govêrno Municipal e a Comunidade*, publicado em 1945, que foi descrito por P. E. P. como "um relatório que abriu o caminho.... um depoimento admirável em defesa da existência e das finalidades de um sistema de relações públicas bem organizado" (2).

(2) "Public Relations and the Town Hall", in *P.E.P. Broadsheet*, No. 265 (May, 2nd. 1947).

II — “RELAÇÕES PÚBLICAS” E GOVERNO DEMOCRÁTICO

O Comitê da Associação Nacional de Governos Municipais, responsável pelo Relatório, manifestou a opinião de que “o governo municipal democrático, tal como se desenvolveu na Inglaterra — e como, segundo cremos, deve continuar a desenvolver-se —, para ser eficiente e bem sucedido, *está na dependência da compreensão que o povo tenha de seu mecanismo, do interesse popular pelas suas atividades e do apoio que a estas fôr dado pelo povo.* A causa de se não ter atingido êsse ideal, encontramos-a em grande parte no fato de que vastos segmentos da população ignoram os métodos de operação do governo municipal, demonstram pouco interesse pelo seu trabalho e não desempenham o papel que lhes cabe para fazer com que o governo municipal seja um reflexo verdadeiro da vontade da comunidade”.

“Nas duas últimas gerações e especialmente desde as últimas guerras, o conhecimento e interesse populares, relativos ao governo municipal, têm aumentado gradativamente, atingindo progressivamente novos setores da população. Mas o processo de educação, a que faltam direção e estímulo positivos, continua demasiadamente lento. Poucos cidadãos se dão conta de quanta coisa mais poderia o governo municipal fazer pelo bem-estar da comunidade, se êles próprios, os cidadãos, lhe dessem, sem reservas, apoio e compreensão. A apatia é causada, em parte, pelas próprias autoridades municipais, que não tomam medidas positivas para despertar e estimular o interesse do cidadão pelo trabalho delas e para fazer com que o cidadão coopere mais ativamente”.

“Achamos que um governo municipal só pode ser completamente eficaz se representar uma

parceria entre o cidadão, o representante eleito e o funcionário da administração municipal, cada qual trabalhando para o bem da comunidade, como um todo, com inteira compreensão das necessidades, dos desejos e das dificuldades dos outros dois sócios”.

“Os componentes dos Conselhos dos governos municipais devem reconhecer que, como representantes eleitos dos cidadãos, precisam certificar-se dos desejos e necessidades destes, satisfazendo-os no que estiver a seu alcance; por outro lado, têm ainda o dever de manter os cidadãos plenamente informados quanto aos seus planos, políticas, discussões e realizações”.

“Os funcionários dos governos municipais devem reconhecer que, como servidores do público, é seu dever satisfazerem esse público, conseguirem que compreenda o que eles estão fazendo, e, ainda, na medida do possível, procurarem obter-lhe a cooperação”.

“Os próprios cidadãos devem reconhecer os deveres e privilégios da cidadania: — o dever de

participar dos trabalhos do governo municipal autônomo, tomando interesse, cooperando, votando e criticando. Consideramos a participação ativa do cidadão nos trabalhos do governo municipal um fator essencial e indispensável, não só para despertar e manter vivo seu interesse nos assuntos do governo, como, também, para assegurar que a administração municipal funcione com êxito, como parte integrante do mecanismo do governo democrático” (3).

Pois bem, elaborou-se uma série de recomendações específicas sobre o modo de dar vida e movimento a esses princípios, quando, após 1930, a Associação Nacional de Governos Municipais começou a atuar no campo das *Relações Públicas*. Sugeriu-se que cada autoridade municipal criasse um mecanismo adequado de *Relações Públicas*, sob a direção de um funcionário especializado. A coordenação dos esforços locais, bem como a instituição de serviços suplementares, de âmbito nacional, seriam confiados a um Conselho Nacional de *Relações Públicas*, composto

(3) *Report on Relations Between Local Government and its Communities*, N.A.L.G.O., Reconstructions Committee, 1945.

de representantes das Associações Nacionais.

Propuseram-se várias medidas que poderiam constituir os diversos pontos de um *programa de relações públicas*. Entre estas, por exemplo, uma contínua e planejada campanha, no sentido de melhorar os contatos pessoais entre a autoridade municipal e os cidadãos, cuidando-se de treinar pessoal para êsse fim. Outra medida consistiria em usar-se todos os meios viáveis, nas escolas e nas organizações juvenis, para disseminar, entre os jovens, conhecimentos sobre o governo municipal e para nêles despertar interesse por uma cidadania militante e pelos serviços da comunidade.

Salientou-se que deve ser feito o possível para cultivar boas relações entre as autoridades municipais e a imprensa, pois que esta constitui, hoje, o meio de contato mais importante entre a autoridade municipal e a comunidade; e, destarte, é essencial ao funcionamento de um governo municipal democrático.

Advogou-se a constante realização de reuniões públicas, programadas com animadas sessões de perguntas e respostas, com filmes, com imitações de sessões do

Conselho e expedientes semelhantes, usados como processos de informar os cidadãos quanto aos trabalhos e políticas do governo municipal, ao mesmo tempo procurando auscultar-lhes a opinião. Recomendou-se, também, uma colaboração muito mais íntima entre a autoridade municipal e as organizações voluntárias existentes na circunscrição, bem como a instalação de uma Agência de Informações, que os cidadãos poderiam procurar, com seus problemas e suas perguntas. Filmes, exhibições, espetáculos públicos, "semanas cívicas", tudo isso são sugestões para criar interesse pelo governo municipal.

A Associação fez tôdas essas coisas e ainda outras, a expensas de seus sócios, parecendo-lhes lógico que o trabalho e as despesas, daí por diante, passassem a ser de responsabilidade das autoridades municipais.

Em seguida à publicação do relatório, o Ministério da Saúde criou uma Comissão Consultiva de Publicidade para os governos municipais. Esta Comissão, nomeada em 1946, constituiu-se principalmente de representantes das associações de autoridades municipais. Publicou-se um re-

latório provisório, em 1947, e em 1948 foi publicado o relatório definitivo (4). Ambos constituíram contribuições muito fracas e demonstraram, claramente, que as associações de autoridades municipais (associações de conselhos, não de funcionários) não eram os elementos indicados para uma cruzada em prol do govêrno municipal. As sugestões e observações de seus relatórios foram corriqueiras, faltando-lhes imaginação e coragem.

Há duas explicações para isso. Uma, que a Comissão não sabia distinguir entre publicidade e *Relações Públicas*. Outra, a desconfiança dos partidos políticos e o medo, que cada um tinha, de que o outro, quando no contrôle do conselho do govêrno municipal, usasse *Relações Públicas* para popularizar a própria obra. A verdadeira finalidade de *Relações Públicas* no govêrno municipal deve ser a neutralização dos efeitos maléficos da suspeita, da desconfiança e da incredulidade com relação à administração pública nesse nível governamental; e só os que apoiam

a corrente contrária à administração pública é que podem opor-se a uma tal orientação. Aquêles que ficam neutros — os indiferentes — não são melhores que os primeiros, mas provavelmente piores, pois se ignora a bandeira que realmente seguem. Na Inglaterra, mesmo quando as autoridades de govêrno municipal tenham adotado uma política de relações públicas, essa política é, em geral, controlada por uma comissão e limita-se à distribuição de notas à imprensa. H. A. L. FISHER escreveu certa vez: “É preciso dar ao povo algo mais estimulante de que as informações dissecadas que recebe sobre govêrno municipal. Como é que se pode fazer uma experiência com alguma coisa que realmente valha a pena e seja original, se o conselho ou a comissão tem que dar sua aprovação prévia, e se há conselheiros suspeitosos de que algum funcionário possa estar querendo usurpar sua posição de *representante da opinião dos cidadãos?*”

Se a Associação obteve tanto sucesso com *Relações Públicas*,

(4) *Reports of the Consultative Committee on Publicity for Local Government* (Interim, Nov. 1947, final Dec. 1948; H.M.S.O. London).

foi porque teve imaginação e conservou-se no anonimato. Mesmo assim, o resultado desse valioso trabalho inicial da Associação foi pouco mais do que a preparação do terreno para receber as sementes de uma nova democracia. Abandonar o trabalho naquele ponto significou verdadeira calamidade nacional. Na verdade, a Associação não logrou perceber que sua grande fé não podia ser transplantada para a mente de conselheiros de cidades; e que sem esta fé, o trabalho seria ineficaz e tenderia a esmorecer.

Esses imponderáveis — a opinião pública e o “homem da rua” —, desde que se *comercializou* a obra do homem, têm sido procurados pela publicidade, através de anúncios e por outros meios. O comerciante adotou a expressão *Relações Públicas*, mas não lhe dá o verdadeiro sentido. *Relações Públicas* significam verdadeira missão; — nunca um objetivo imediatista. Devem representar a soma de tudo quanto seja essencial para que se constitua uma relação satisfatória entre o cidadão e seu governo municipal.

III — O OBJETIVO DE “RELAÇÕES PÚBLICAS” NUM ESTADO DEMOCRÁTICO

Há também a crença de que a finalidade de *Relações Públicas* é conseguir que uma percentagem muito maior de eleitores participe das eleições municipais. Esse objetivo poderia atingir-se pelo simples expediente de tornar o voto obrigatório. Mas o fato de que compareçam às urnas 100% do eleitorado não constitui, por si só, prova de que a democracia se esteja realizando eficientemente. Isso pode ser confirmado por qualquer pessoa que conheça as regiões da Austrália em que o voto é obrigatório. O que se fez até agora em matéria de *Relações Públicas*, nos governos municipais, pouco mais significa do que uma tentativa de, por meios publicitários, acordar o interesse dos cidadãos. Um estudo objetivo da matéria impressa e dos discursos dos candidatos aos Conselhos, nos governos municipais, demonstrará ainda hoje muito

poucos indícios de renovação. A maioria das plataformas eleitorais resume-se na seguinte legenda: “Sou a favor da eficiência e da economia”. Um dos principais objetivos de *Relações Públicas* no governo municipal deve ser induzir as pessoas a se candidatarem com o propósito primordial de fazer do governo municipal um serviço social real e duradouro. Todavia, habitualmente, grande número de conselheiros procura eleger-se visando a interesses subalternos; — ou então alegando que pretende combater tais interesses.

Uma vez que o governo central foi compelido a adotar uma política positiva, por que, então, não haveria o governo municipal de abandonar sua política negativa, já obsoleta? O primeiro passo nessa direção consistiria em substituir a tradicional consciência dos *direitos do contribuinte*, por uma *consciência ci-*

vica. Para criar uma democracia ativa, inteligente, responsável, e que tenha a participação de todos, as *Relações Públicas* precisam preocupar-se com tudo que influencie o comportamento humano. São às vezes pequenas coisas, como a conduta, a cortesia, o respeito próprio e até a apresentação pessoal dos funcionários e outros empregados públicos subalternos; e são também as realizações importantes, tais como serviço eficiente, edifícios públicos adequados e aprazíveis, medidas que proporcionem ao povo a oportunidade de manifestar sua opinião, de dedicar-se às artes e de participar de recreação e atletismo saudáveis. A eficiência, por si só, não é bastante para atrair o interesse do cidadão. Uma cidade pode possuir o melhor sistema de esgotos do mundo, mas este fato já não mais interessa aos cidadãos, que somente se lembram dos esgotos quando exalam mau cheiro. Os esgotos podem ser um feito monumental da engenharia, mas o prestígio dos principais funcionários da cidade será medido pela maneira amável com que um modesto secretário receber um visitante.

Mais do que pelo silencioso

voto que tenha dado em favor do novo sistema de esgotos, mede-se o prestígio do conselheiro municipal pelas condições do serviço num restaurante mantido pela cidade, ou pela sua presença numa reunião da associação municipal de pequenos agricultores.

Os conflitos pessoais entre cidadãos e funcionários, e as primeiras impressões do serviço público, são fatores de considerável importância em *Relações Públicas*, quer se trate de contatos pessoais, quer de contatos por telefone ou por correspondência. Administrar um restaurante popular como se fosse um botequim de carroceiros é mau para o orgulho cívico. Quem pode respeitar um Conselho municipal, se as clínicas, as salas de concerto e os restaurantes populares — isto para só mencionar uns poucos serviços — tiverem aparência pobre, forem desconfortáveis ou parecerem o anexo de uma casa de correção dos tempos antigos? E' melhor não fazer nada a fazer-se algo de modo que se exponha o serviço público a ridículo.

A cidade de Sheffield está entre as poucas que instituíram seu próprio Serviço Cívico de In-

formações e êste vem realizando excelente trabalho.

Na forma da prática vigente desde tempos imemoriais, a qual consiste em esperar-se até que uma calamidade estimule a atividade municipal, os primeiros ataques aéreos inimigos revelaram a insuficiência da organização das municipalidades inglêsas para orientar e socorrer milhares de cidadãos aflitos e sem casa. A rígida divisão em repartições estanques resultou em que os serviços necessários muitas vêzes se achassem dispersos, situados em locais distantes uns dos outros; e era preciso realizar consultas, antes que se pudesse providenciar um socorro geral para o momento.

Embora sem maior repercussão, pela primeira vez surgiu, há alguns anos atrás, a idéia de que o edifício municipal deveria ser o lugar, na cidade, em que todos os cidadãos pudessem receber auxílio e conselhos (o que significaria ajudá-los, a municipalidade, a resolver os seus problemas). Como tantas vêzes tem acontecido no passado, a iniciativa partiu de uma organização voluntária, — o Conselho Nacional de Serviço Social, que instalou no país diversos Centros de Assistência

ao Cidadão. O Govêrno prontamente contribuiu com auxílio financeiro, para suplementar a magra receita do Conselho. A distribuição do auxílio governamental ficou a cargo de uma pequena comissão do Conselho Nacional que, antes de entregar a cota de determinado Centro, precisava convencer-se de que êste envidara todos os esforços possíveis para obter contribuições locais voluntárias. Os resultados mostraram que a maioria dos governos municipais revelou espantoso desintêresse pelo trabalho do Conselho Nacional de Serviço Social. Afinal, quando, em 1946, cerrou suas portas o Centro de Assistência aos Cidadãos de Sheffield — que era voluntário — o Conselho Municipal tomou conta do trabalho e estabeleceu um Serviço Cívico de Informações. O primeiro relatório anual dêsse serviço, referente ao período 1946-47, mostrou que o número de consultas recebidas e solucionadas chegava a 24.099. Um exame cuidadoso dos casos tratados pelo Serviço Cívico de Informações de Sheffield revela uma fonte de informações sociológicas de inestimável valor para um Conselho Municipal desejoso de medir as

necessidades dos cidadãos. A base para desenvolver *Relações Públicas* nos governos municipais é um estudo dos homens e do seu ambiente, uma compreensão das condições econômicas e sociológicas que influenciam a atitude e o comportamento dos cidadãos. Partindo desse material básico é que se poderá aferir, no futuro, o valor do trabalho de *Relações Públicas*. É preciso que esse material seja levantado em cada cidade ou distrito. As pessoas incumbidas de tal pesquisa social devem estar familiarizadas com tarefas desse gênero, precisam conhecer os habitantes e seus antecedentes sociais.

Não se deve usar o processo geralmente adotado para medir, em escala nacional, o que se chama *opinião pública*, pois é ineficaz como instrumento preciso para avaliar as aspirações e necessidades sociais da localidade. Estas só podem ser compreendidas mediante uma análise da composição e das aspirações de organizações e sociedades representativas do grupo, as quais existem geralmente em toda cidade, sendo que nas zonas rurais há quase sempre os *Institutos Femininos*, os *Clubes Mu-*

nicipais, os *Clubes de Jovens Lavradores* e outros. As respostas dadas sobre assuntos nacionais, numa coleta de opinião pelo sistema *Gallup*, não refletem tanto a opinião própria do cidadão, mas, sobretudo, aquilo que ele absorveu pela leitura dos jornais. O funcionário incumbido de relações públicas tem que trabalhar com material diferente: — ele precisa analisar e definir o que LORD BYCE denominou de *manifestações*, as quais talvez ainda não sejam e talvez nunca venham a ser uma opinião. As coletas para reconhecer a opinião pública são baseadas em amostras e isto é inteiramente inadequado para identificar as necessidades dos cidadãos e prever tendências de comportamento social.

A política das *Relações Públicas* já se vem aplicando e experimentando há muito tempo, o bastante para que esteja firmemente estabelecida hoje em dia. Todavia, entre os que se dedicam a esse trabalho existe ainda muita confusão quanto à definição de *Relações Públicas*, e no tocante ao âmbito de suas operações. Para que *Relações Públicas* possam constituir algo perfeitamente diferente dos con-

ceitos comuns de publicidade e propaganda, é necessário estabelecer-lhes um campo próprio de atividade, na administração pública, e fixar-lhes um propósito muito mais elevado que todos os até agora concebidos. Usar *Relações Públicas* como um novo método de propaganda ou ainda simples sistema de apresentar certo ponto de vista ou de disseminar informações de forma rapidamente assimilável não terá mais valor de que a adoção de novos e modernos implementos de escritório. O funcionário de *Relações Públicas*, no govêrno municipal, deve possuir conhecimentos de psicologia, sociologia, economia e estatística; e deve saber usá-los. Deve saber, também, quais as diferenças entre os instrumentos utilizáveis pelas *Relações Públicas* e os empregados pela propaganda, bem como, no tocante a êstes últimos, como têm sido usados e até como dêles se tem abusado. Verdade é que, como freqüentemente ocorre noutros setores, há também neste caso alguma in-

terpenetração dos dois campos de atividade, tornando-se difícil, senão impossível, afirmar que *Relações Públicas*, mesmo em seu conceito mais elevado, possam dispensar certas práticas que, noutros casos, poderiam ser admitidas como peculiares à propaganda.

Não é preciso fazer todo um curso de psicologia para compreender que pequeninas coisas, como cortesia, são importantes para criar confiança no serviço público. O sucesso de todo o campo das relações públicas depende, principalmente, dos contatos pessoais entre o funcionário público e o cidadão. O Conselho Municipal de Milwauki (Michigan, U.S.A.) forneceu bonitos uniformes a todos os lixeiros, instruindo-os para que se comportassem cortêsmente, sob o fundamento de serem os melhores embaixadores da cidade, já que tinham contatos mais freqüentes com o público do que qualquer outro funcionário municipal.

IV — “RELAÇÕES PÚBLICAS” EM AÇÃO

O funcionário encarregado de relações públicas deve conhecer a importância da imprensa local, que é mais capaz de despertar interesse pelos assuntos do governo municipal do que os grandes jornais, de circulação nacional. Infelizmente é verdade que, como disse recentemente LORD SAMUEL, “tudo que é bom não tem valor para noticiário de jornal”, mas isso não deve preocupar muito o funcionário encarregado de *Relações Públicas*. Cabe-lhe animar a imprensa a contar a história de sua própria cidade; a explicar como são prestados os serviços; a mostrar o lado colorido das eleições municipais; a estimular o comparecimento às urnas e dizer ao povo onde deve votar; a reservar mais espaço para notícias das reuniões das autoridades municipais, escrevendo de maneira interessante sobre esse assunto; a dizer ao povo onde são as clínicas e o que elas podem proporcionar-lhe; a

dar todo auxílio possível às associações voluntárias; a fazer um diário dos acontecimentos locais e um indicador dos serviços municipais, mostrando, ainda, onde podem ser utilizados. Caso se consiga fazer com que os cidadãos tenham confiança integral na administração municipal, mediante a formação de um forte elo entre as organizações voluntárias e o governo municipal, então a imprensa terá que conformar-se com a orientação descrita, sob pena de perder em circulação. A autoridade municipal deve cooperar com as associações voluntárias e nunca ter medo de usar o potencial de espírito público que elas representam. No plano municipal, há muitas e variadas oportunidades para provocar o interesse dos cidadãos, e não há necessidade de mencioná-las aqui. O Instituto de Relações Públicas (1 York Gate, Regents Park, London,

N. W. 1) dá informações completas sôbre tais atividades.

Deveria o govêrno municipal começar abolindo a publicação de seus balanços (as coisas mais entediadas que jamais saíram de uma impressora) e tomar para exemplo os muitos relatórios bonitos publicados por municipalidades americanas. As atividades municipais da vila de Winnetka, Illinois, são apresentadas aos cidadãos de maneira muito atraente e, ao mesmo tempo, o Conselho corajosamente imprime na capa o *Juramento Ateniense*: “Nunca traremos desgraça a esta nossa Cidade, por nenhum ato de desonestidade ou covardia, nem jamais abandonaremos nossos camaradas do povo, sofredores; lutaremos, sós ou acompanhados, pelos ideais e pelas causas sagradas desta Cidade. Reverenciaremos e obedeceremos as leis da Cidade; e faremos o possível para induzir a um respeito igual aquêles acima de nós que estejam inclinados a destruí-las ou escarnecê-las. Labutaremos incessantemente para aprofundar o senso do dever cívico do público; dessa forma, transmitiremos esta Cidade nem igual nem menor do que nos foi transmitida,

mas, sob todos os aspectos, maior e mais bela”.

A educação, especialmente a primária, em quase tôda parte está a cargo do govêrno municipal. Quantos aproveitarão a oportunidade para ensinar aos jovens do país alguma coisa a respeito das responsabilidades de uma boa cidadania e dos benefícios que pode trazer?

Nos Estados Unidos, na Holanda e na Suíça, um regular número de governos municipais realiza cerimônias de iniciação à cidadania. Todos os jovens cidadãos, ao atingirem a idade de votar, são apresentados ao prefeito e a outros dignitários. Recebem um apêto de mão e faz-se, durante a solenidade, uma breve alocução sôbre responsabilidades cívicas. Na Holanda, existe um atraente livro, denominado *Cidadania e Serviço Cívico* (publicação de uma empresa privada), o qual, além de breve história do país, contém uma descrição, em linguagem simples, da Constituição e da maneira como trabalham as autoridades dos governos federal e municipal. De forma interessante, ainda trata dos serviços sociais e diz o que o indivíduo pode fazer para participar de tôda espé-

cie de associação voluntária; esclarece como deve votar; e indica os direitos e obrigações dos eleitores. Mais de 10% das autoridades holandesas de governo municipal, mediante entrega solene ou pelo correio, distribuem exemplares desse livro aos jovens cidadãos, quando atingem idade de votar. Duas autoridades municipais, no Reino Unido, fazem coisa semelhante.

Em Singapura, enquanto o autor lá se encontrava, o Presidente inaugurou um sistema de conceder certificados de longo tempo de serviço a funcionários municipais, sendo a entrega oficial feita em grande estilo, na Prefeitura. E era uma solenidade a que se assistia com a maior satisfação. Na fila dos premiados, que iam à presença do Presidente, havia europeus e asiáticos, representantes de todos os departamentos da administração da cidade. Para as *Relações Públicas*, não podia haver dúvida sobre o valor desse tributo: — estava claramente expresso no rosto do pessoal que recebia a honraria. Numerosas cidades americanas fazem coisa semelhante.

Nos Estados Unidos, há dois prêmios nacionais de grande destaque. Um chama-se *All American Cities Award* (5) e é oferecido, conjuntamente, pela Liga Nacional de Municípios e pela revista *Look*. O prêmio é conferido por um júri de pessoas ilustres, que decide após ouvir as propostas formuladas por representantes das municipalidades inscritas no certame. Governo eficiente e honesto, bem como quaisquer projetos, por mais recomendáveis que sejam, mas que tenham sido iniciativa da administração municipal, não constituem, por si sós, qualificações para o prêmio. O teste é a *ação dos cidadãos*: uma cidade, para vencer, precisa mostrar que seus cidadãos empreenderam, com êxito, uma ofensiva destinada a realizar algo que trouxesse benefícios expressivos e duradouros. O DR. GEORGE GALLUP, diretor do Instituto Americano de Opinião Pública e membro preeminente da Liga Nacional de Municípios, explica da seguinte maneira a finalidade do prêmio: "Não se aceitam candidaturas baseadas apenas em bom governo ou em administração muni-

(5) *Prêmio Cidades Americanas.*

pal eficiente; tão pouco baseadas nalgum melhoramento específico. Concedem-se as inscrições tendo em vista o esforço enérgico, determinado e inteligente, feito pelos cidadãos". As candidaturas são examinadas cuidadosamente por uma comissão julgadora e as municipalidades consideradas qualificadas para a prova final são convidadas a mandar um representante para falar perante o júri. O concurso se realiza anualmente e sempre numa cidade diferente.

A Conferência Americana de Prefeitos resolveu, em 19 de janeiro de 1949, instituir um Prêmio Nacional por *serviço público relevante* prestado em qualquer nível do govêrno: — federal, estadual ou municipal. Tomou-se tal decisão porque nos Estados Unidos, num plano nacional, não se têm homenageado os serviços públicos relevantes e meritórios com o mesmo destaque com que habitualmente se homenageiam as realizações e contribuições individuais, noutros diversos setores de atividades.

O prêmio consiste numa placa de bronze, desenhada por eminente escultor americano e com os seguintes dizeres: "O serviço público é monopólio público".

A concessão do prêmio é feita com muito critério, o que lhe aumenta extraordinariamente o valor. Está previsto que, quando as circunstâncias o permitirem, a entrega do prêmio seja feita pelo Presidente dos Estados Unidos, numa das Conferências Americanas de Prefeitos.

O primeiro desses prêmios foi ganho pelo General George C. Marshall e lhe foi entregue pelo Presidente Truman, na Casa Branca, em 25 de novembro de 1949; o segundo foi dado a George H. Mooney, diretor da Federação Canadense de Prefeitos e Municipalidades, no ato de encerramento do Congresso Internacional da Conferência Americana de Prefeitos e da Federação Canadense, realizado em Montreal, Canadá, em setembro de 1953. Este fato deu ao prêmio uma significação internacional.

Naquele Congresso houve uma cerimônia muito impressionante. No fim da reunião, levantou-se o Presidente da Federação Canadense, proferindo as seguintes palavras: "Chegamos ao encerramento de nosso primeiro Congresso Internacional de Municípios. Vamos, por isso, aproveitar os poucos momentos que res-

tam para refletir sobre o elevado propósito que nos reuniu. Assim fazendo, agradeçamos antes de tudo a Deus Todo-Poderoso o privilégio e a oportunidade que tivemos, de servir a nossos concidadãos como seus representantes nos conselhos municipais dos nossos respectivos países". Todos responderam em uníssono. Oradores dos Estados Unidos, do Canadá e de outros países disseram os parágrafos restantes da dedicatória, respondidos em côro pelos delegados. Afinal, todos repetiram o Jramento Ateniense. A música de grande órgão e a solenidade da cerimônia constituíram, segundo um jornalista, "uma experiência tremenda, de intensidade como-vedora: foram alguns momentos inesquecíveis". Isto são *Relações Públicas*, na sua expressão culminante!

Um governo municipal imaginativo e revitalizado pode reconquistar seu lugar de berço da democracia, desde que todos que dêle participem estejam decididos — como preceitua o Jramento Ateniense — "a labutar incessantemente para incrementar o senso do dever cívico do público e transmitir a cidade" maior e mais linda do que lhes

foi transmitida pelos seus antecessores. Esse deve ser o propósito supremo de *Relações Públicas* no governo municipal.

Existe, além disso, uma grande oportunidade para trabalho de mérito no plano internacional. Há alguns anos a União Internacional de Autoridades Municipais vem realizando conferências e promovendo reuniões de funcionários municipais, bem como de prefeitos, vereadores e conselheiros de mais de quarenta nações. Essas reuniões têm demonstrado que, em todos os países, existe um grupo de homens com o desejo comum de prestar serviços a seus concidadãos, em matéria de educação, saúde pública e bem-estar da comunidade, independentemente de quaisquer divergências sociais ou políticas.

Um exame dos assuntos selecionados para discussão, nessas reuniões internacionais, mostra que a escolha dos temas se tem feito visando a proporcionar a troca de experiências e conhecimentos relativos aos problemas técnicos. Na conferência de Bruxelas, em 1946, os assuntos em pauta foram: reconstrução, educação cívica e autonomia municipal. Em Paris, em 1947, repetiram-se os mesmos temas,

realizando-se ainda mesas-redondas sôbre aquecimento doméstico e mortalidade infantil; em Genebra, em 1949, os assuntos foram moradias, prevenção de acidentes em estradas de rodagem, aquecimento doméstico e intoxicação por alimentos deteriorados; mais tarde, os problemas da reconstrução, no após-guerra, bem como os indefectíveis *recursos financeiros*. Esses assuntos interessam principalmente àqueles que, em seus respectivos países, estão incumbidos das atividades de administração específica.

Várias organizações internacionais se estão esforçando para estabelecer um laço de companheirismo de alcance mundial. Mas cada uma delas tem suas aspirações limitadas pela própria ênfase com que objetiva seus temas especializados. Entre tais entidades contam-se a Organização Mundial de Saúde, o Instituto Internacional de Ciências Administrativas, a Organização Internacional do Trabalho, a Associação Interamericana de Planejamento Urbano e a União Internacional de Autoridades Municipais. Cada uma delas está realizando um bom trabalho e está desempenhando papel im-

portante para provar que é possível haver uma organização mundial. O já idealizado *um mundo só* pode mais facilmente surgir dessas modestas iniciativas, da amálgama de tais organizações internacionais baseadas em necessidades reais, — do que resultar de uma complicada e teórica superestrutura central. Cada uma dessas organizações está demonstrando, no seu campo especializado, o valor da discussão internacional dos problemas. Entretanto, para que o trabalho possa tornar-se completamente eficaz, precisa inspirar-se numa visão do mais elevado propósito: o de proporcionar uma *vida boa*. A União Internacional de Autoridades Municipais deve focalizar sua atenção neste objetivo. Para tanto, bastará que a União modifique seu programa de congressos. O tempo que se gasta na troca de idéias e na discussão de experiências pertinentes às necessidades da vida poderia ser empregado mais economicamente, fazendo-se com que as conferências da União, uma vez reorganizadas, passassem a constituir-se de grupos ou comissões, cabendo a cada um discutir assuntos técnicos rela-

cionados com as atividades específicas da administração. Mas essas reuniões dos grupos poderiam coroar-se por um trabalho mais geral de coordenação que ajudaria cada grupo a melhor situar seu próprio campo de discussão em relação aos dos outros e a se convencer de que a integração das partes conduz à realização do objetivo final, bem como de que essa integração valoriza cada parte isolada. Esta polarização final das atenções poderia obter-se com um discurso pronunciado por alguém capaz de fazer com que cada participante do congresso voltasse

a seu país imbuído da imaginação e do entusiasmo de um cruzado em prol da *vida boa*. Qualquer país, grande ou pequeno, pode fornecer homens e mulheres capazes de contribuir para a criação de uma filosofia de governo local destinada a trazer esperanças de uma vida melhor para milhões de pessoas em todo o mundo. Tal filosofia incutirá um profundo e permanente sentido de *serviço* naqueles a quem fôr confiada a responsabilidade de *representantes* do povo. Desta forma, será possível situar as *Relações Públicas* num plano internacional.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- CHILDS, H. L., *Introduction to Public Opinion* (John Wiley & Sons, 1941).
- COOPER, A. M., "Public Relations for Public Employees" in *Personnel Administration* (May, 1941).
- ENDEM, C. S., *The People and the Constitution* (Oxford University Press, 1933).
- FITZGERALD, S. E., *Communicating Ideas to the Public* (Funk and Waghall, N. Y.).
- Journal of the Institute of Public Relations Officers* (Institute of Public Relations, Hastings House, Norfolk Street, London D. C. 2).
- KIMBLE, D., *Public Opinion and Government* ("West African Affairs", 1949).
- LIPPMAN, W., *Public Opinion* (Macmillan, New York).
- LOWELL, A. L., *Public Opinion and Popular Government* (Macmillan, New York, 1947).
- N.A.L.G.O., *Report on Relations Between Local Government and its Communities* (1 York Gate, Regents Pk., London, N. W. 1).
- PRITCHARD, R., *Rumours* (B.C.A. Pamphlet, N.º 40).
- "Public Relations and the Town Hall" in *P.E.P. Broadsheet*, N.º 265 (May, 2nd. 1947).
- Reports of the Consultative Committee on Publicity for Local Government* (Interim, Nov. 1947; final Dec. 1948) (H.M.S.O. London).
- SILVA, BENEDICTO, *Relações Públicas, Divulgação e Propaganda*, Caderno de Administração Pública n.º 1 (EBAP, Rio de Janeiro, 1954).
- SILVA, BENEDICTO, *Publicidade Administrativa*, Caderno de Administração Pública n.º 3 (EBAP, Rio de Janeiro, 1954).